

O ENSINO AGRÍCOLA NO ESTADO DE PERNAMBUCO: UMA REALIDADE QUE PRECISA SER CONHECIDA E ALTERADA

CARLOS ALBERTO TAVARES^{1,2,3}

¹Academia Pernambucana de Ciência Agronômica.

²Academia Brasileira de Ciência Agronômica.

³Academia Pernambucana de Ciências.

Autor para correspondência: carlostavares19@yahoo.com.br

Desde o início da história da Educação (Ensino) Agrícola no Brasil (1910), inúmeras foram as leis e reformas educacionais que influíram, em maior ou menor grau, na expansão e na qualidade desse tipo de ensino, oferecido pelo sistema educacional, em particular pelas escolas públicas de primeiro e segundo graus no país.

Várias instituições marcaram época na história da educação agrícola no Brasil, na tentativa de promover a sua melhoria, em todos os níveis de ensino. Porém, o crescimento e a qualidade do Ensino Agrícola não acompanhou as necessidades e as demandas da população, em especial as do meio rural, constituída por crianças, jovens e adultos, desejosos de aprenderem a arte de lidar com o meio ambiente, especialmente a produção de alimentos. As estatísticas referentes ao número de escolas, número de alunos atendidos e qualidade do corpo docente disponível para este tipo de ensino comprovam esta realidade. No Estado de Pernambuco, por exemplo, na década de 80, existiam apenas 23 escolas de 2º grau da rede estadual que oferecem este tipo de ensino, sendo oito com curso técnico e 15 com curso básico em Agropecuária; três eram Escolas Agrotécnicas Federais, que ofereciam curso técnico, e quatro eram escolas municipais que trabalhavam com este tipo de ensino. Por outro lado, triste é o

panorama quando se analisam os programas educacionais agrícolas nas escolas de 1º grau, salvo raríssimas exceções, que nada representam em nível de Unidade Federada, especialmente face ao número elevado de municípios no estado, cuja grande maioria de sua população escolar nunca teve acesso ao Ensino Agrícola.

Razões diversas ocasionaram o desperdício da Educação Agrícola ao longo de décadas; algumas correlacionadas com a cultura do povo, outras com a tradição histórica da agricultura, em especial com a escassez de pessoal especializado na área (técnicos e professores) e, finalmente, a falta de decisão política para se ofertar um Ensino Agrícola digno para a população.

É preciso uma consciência profunda sobre a realidade da agricultura brasileira, em particular a de Pernambuco, e do valor que representa o sistema educacional formal público (rede escolar) na criação de uma mentalidade técnico-científica, fundamental para o progresso do setor em níveis competitivos na esfera nacional e internacional.

Não se nega que os esforços anteriores foram muitos e enormes os obstáculos encontrados pelos administradores educacionais e governantes. Entretanto, a realidade impôs a necessidade de se definir, a curto prazo, programas educacionais e recursos

humanos, que estejam engajados no setor, e com as necessidades futuras de mão-de-obra qualificada (agricultores e técnicos), essenciais ao desenvolvimento agrícola do estado de Pernambuco.

Os números da distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) na agricultura, por nível de escolarização, evidenciam a principal causa da lentidão com que se aplica a tecnologia agropecuária já disponível nas instituições de pesquisa agropecuária, em que pese à ação dos órgãos de assistência técnica e dos inúmeros outros programas de formação profissional. Nesta perspectiva, as escolas públicas de 1º e 2º graus precisam ser valorizadas, com a presença de professores agrícolas habilitados para a função, e que, periodicamente, sejam atualizados por órgãos competentes. A boa qualidade desses profissionais exige formação universitária em Cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas, já existentes em Pernambuco, desde a década dos anos sessenta, quando a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE) estimulou a criação de um Centro de Formação de Professores Agrícolas na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), de âmbito regional, com atuação nacional na área. Pernambuco e o Nordeste dispõem, hoje, de licenciados em ciências agrícolas aguardando concurso público para atuação na rede escolar dos 1º e 2º graus.

Os resultados oriundos do investimento educacional agrícola na escola pública são reconhecidos em inúmeros trabalhos publicados por instituições idôneas no Brasil e no mundo. Os exemplos dos países desenvolvidos na agricultura demonstram, claramente, a ação comunitária desenvolvida por professores

agrícolas, como uma atividade fundamental para o desenvolvimento da agricultura. No Brasil, por exemplo, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais são destaques na área.

Diante desta realidade, o Poder Legislativo poderá exercer uma influência significativa na agricultura do Estado, assegurando, tanto quanto possível, o funcionamento de uma escola de real valor para a comunidade, através do desenvolvimento de programas educacionais agrícolas compatíveis com os interesses da população escolar.

Entre as alternativas pedagógicas já testadas em algumas escolas do país, ressalta-se a implementação de um programa de educação agrícola em escolas rurais, conforme consta em crônica intitulada “A ciência agrônoma na escola rural”, publicada no volume 3 dos Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma e no volume 8 do Cadernos do Semiárido. Uma segunda alternativa pedagógica é a implantação da Habilitação Básica em Agropecuária, aprovada pelo MEC/CEBRACE, através do parecer do Conselho Federal de Educação nº 3.474/75.

A implementação dessas alternativas depende de decisões políticas dos responsáveis pelas Secretarias de Educação e de Agricultura, com a contratação de professores licenciados em ciências agrícolas para o desenvolvimento desse tipo de educação pelas escolas de ensino fundamental e médio.

É preciso ressaltar que a atual Lei de Diretrizes de Bases, nº 9.394/96, prescreve alternativas pedagógicas para a implementação do ensino profissionalizante que atendam as reais necessidades da população nessa área profissional.

REFERÊNCIAS

TAVARES, C. A. A ciência agronômica na escola rural. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 3, p. 45-50, 2006. Disponível em: <http://journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/81/76>. Acesso em: 10 set. 2019.

TAVARES, C. A. Ciência agronômica no sistema escolar. **Cadernos do Semiárido: riquezas e oportunidades**, Recife, v. 8, n. 8, p. 51-53, 2016. Disponível em: <http://www.creape.org.br/portal/wp-content/uploads/2018/07/CADERNO-DO-SEMI%C3%81RIDO-8-1.pdf>